



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

abril a junho de 2007

Ano 32 – Nº 188

João Zindler

Velho Chico:

O clamor de
um povo pela
vida de um rio

Página 7



João Zindler

CPT discute Lei de Gestão
Florestal em sua XIX
Assembléia

Pág 8 e 9



Marco Antônio Mitidiero

Impunidade é um dos principais
motivos do aumento da violência
no campo brasileiro

Pág 13

EDITORIAL

Brasil: natureza e território para o capital internacional

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado por Lula no início do seu segundo mandato para destravar a economia brasileira, travada, segundo seu discurso no final do ano, por interesses e resistências de populações tradicionais e pelas ações dos movimentos sociais e do ministério público em defesa do meio-ambiente, está no centro das atenções nacionais. Ao lado dele o programa da produção de biocombustíveis, mais acertadamente falando, agrocombustíveis, tem sido alardeado como o grande programa para fazer frente ao aquecimento global e foi o tema central da visita do presidente Bush ao Brasil.

Estes assuntos, ao lado da Lei de Gestão de Florestas Públicas, estiveram presentes na XIX Assembléia Geral da CPT que se realizou de 24 a 27 de abril de 2007, e que é destaque na presente edição do Pastoral da Terra. A carta final da Assembléia sintetizou o pensamento dos presentes e foi enfática ao afirmar que “o governo de FHC privatizou as empresas estatais

de serviços e infra-estrutura. O governo Lula – escondendo-se atrás de concessões e parcerias – está entregando a natureza e o território brasileiro”. A lei de Gestão de Florestas é “uma autêntica privatização do uso das florestas públicas atendendo interesses de grupos nacionais e internacionais motivados pelo lucro e pelo esgotamento da madeira em muitos países e nas propriedades particulares.” Em relação ao PAC a carta afirma que o mesmo está a serviço do agro e hidronegócios, criando infra-estrutura para facilitar a produção e exportação do agrocombustível, dos minérios e da madeira, não levando em consideração “as demandas e as lutas que nascem do campo e da cidade e que exigem a participação popular, a socialização do poder e a distribuição da riqueza.” Entre os compromissos assumidos pela Assembléia para toda a CPT estão: o enfrentamento ao modelo do agrohidronegócio, a denúncia e o combate ao modelo desenvolvimentista que privatiza o uso dos bens naturais e o desmascaramento do mito dos agrocombustíveis.

Dentro desta lógica afirmada pela Assembléia, a CPT já havia realizado, nos dias 13 e 14 de março, encontro para aprofundar a discussão sobre os agrocombustíveis que você confere na página 11, “As várias faces da produção dos agrocombustíveis”. Também nesta lógica é que as comunidades do São Francisco, de 12 a 16 de março, montaram



Comunidade de Cambão, em Juazeiro, Bahia

acampamento em Brasília, para exigir a revitalização do Velho Chico e protestar contra a transposição de suas águas. Com o lema “Não à Transposição, conviver com o semi-árido é a solução” mais de 500 pessoas participaram do acampamento. Confira isso na matéria “Comunidades do Velho Chico dizem não à transposição”.

A manutenção da arcaica estrutura agrária brasileira e a prioridade ao agronegócio são responsáveis pela manutenção dos conflitos e da violência no campo que você acompanha em matéria que trata do lançamento do Conflitos no Campo Brasil, 2006. Nesta edição você vai ler ainda relato do julgamento de um dos mandantes do assassinato de Irmã Dorothy e o

resgate da memória de Virgílio Sacramento, líder sindical de Moju, Pará, morto na luta há 20 anos, no dia 5 de abril de 1987. Resgate esse feito por um de seus filhos, mestrando em História Social da Amazônia, na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Ainda nesta edição uma entrevista sobre a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis, lançada pelas mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas, no dia 8 de março, e um artigo, sobre a tentativa de condenação do teólogo Jon Sobrinho e sua relação com o V Encontro dos Bispos latino-americanos e do Caribe, V CELAM.

Boa leitura.



Participantes da XIX Assembléia Geral da CPT

ERRATA

A Foto que ilustra a nota “CPT recebe Prêmio Combate ao Trabalho Escravo 2006” na seção “Fique Informado” da edição do Pastoral da Terra número 186, de janeiro a março, não tem crédito. Segue agora o crédito: Antonio Cruz/Abr.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.

www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente

Dom Xavier Gilles

Vice-presidente

Dom Roque Paloschi

Coordenadores Nacionais

José Batista Afonso
Juvenal José da Rocha
Pr. Nancy Cardoso Pereira
Ir. Maria Madalena dos Santos
Padre Herminio Canova
Padre Dirceu Fumagalli

Redação

Cristiane Passos
Antônio Canuto
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável

Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Diagramação

Carla de Abreu (32230566)

Impressão

Gráfica América

APOIO

EED

Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt

Pão para o Mundo

Fundação Eugen Lutter

MZF

Missionzentrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br

De **OLHO**
no seu **DIREITO**



A exclusão do Tráfico de Drogas e a inclusão pela Reforma Agrária

CLÁUDIO DE AGATÃO PORTO

A Política de combate ao Tráfico de Drogas tem ganhado novos “ares” a partir da Lei 11.343/2006, principalmente no que tange às dimensões das políticas preventivas e repressivas. A nova Lei repete o antigo dispositivo constante na Lei 10.409/2002 quanto ao destino dos bens (móveis e imóveis) envolvidos no tráfico de drogas, destinando os mesmos a órgãos ou entidades envolvidas com a política Anti-Drogas.

Todavia, a nova Lei em vigor não inova, mas repete com louvores, a possibilidade de bens utilizados no tráfico de drogas serem destinados para outras finalidades, inclusive, para fins de Reforma Agrária.

O presente dispositivo está inserido no artigo 62, §4º:

§ 4º (...) o Ministério Público, mediante petição autônoma, requererá ao juízo competente que, em caráter cautelar, proceda à alienação dos bens apreendidos (...)

O precedente legal tem caso exemplar no Estado de Goiás, em decisão proferida pelo juiz federal Gilton Batista Brito(20053500017941-8) destinando o imóvel fazenda Quinta da Bicuda, município de Varjão, Goiás, para famílias de sem-terra.

A ocupação da fazenda pelas famílias se deu logo após a Operação Caravelas realizada pela Polícia Federal e que envolveu, também, o Incra e o Ministério Público Federal, possibilitando um desfecho favorável às famílias de sem-terra.

Atualmente, o Projeto de Assentamento Palmares tem cerca de 50 famílias assentadas e consolida uma nova frente de atuação dos movimentos sociais do campo. A partir de precedentes como este, poderão reivindicar o assentamento de trabalhadores em áreas onde se desenvolvem atividades ligadas ao tráfico ou produção de drogas.

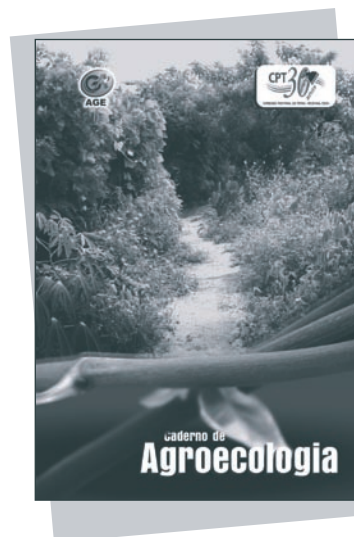
O papel dos movimentos sociais do campo não perde em importância, mas o enfrentamento do ponto de vista da legislação está colocado como mais um instrumento de luta pela Reforma Agrária. O sentido da decisão é buscar exatamente o combate ao tráfico de drogas a partir do trabalho e da inclusão social, criando opções para esses trabalhadores a partir da Reforma Agrária.

**Advogado da Cerrado
Assessoria Jurídica Popular/
MST**

PUBLICAÇÕES

Caderno de Agroecologia

A Comissão Pastoral da Terra regional Espírito Santo e Rio de Janeiro (CPT ES/RJ) lançou no mês de maio um Caderno de Agroecologia. A publicação foi elaborada a partir de depoimentos de agricultores, técnicos e de pequenas cartilhas práticas em agroecologia produzidas por entidades parceiras. O Caderno pretende ser um instrumento de luta por uma produção agrícola que garanta a soberania alimentar da família camponesa e que preserve a natureza no processo de cultivo da terra. A produção é de responsabilidade da CPT ES/RJ em parceria com o Centro Cultural Araçá, em São Mateus, Espírito Santo, que desenvolve, há 11 anos, atividades de aprendizagem e vivências com crianças e adolescentes marginalizados pela sociedade. O Caderno de Agroecologia custa R\$ 5,00 mais despesas de correio e pode ser adquirido através do telefone (27) 3763-3505 ou do email cptesrj@veloxmail.com.br.



O Dom da Terra

Um precioso livro do professor Alberto da Silva Moreira, “O Dom da Terra – Leitura Teológica dos conflitos agrários no Brasil”, co-editado pela Editora Universitária São Francisco e a CPT. O autor, membro da CPT Araguaia-Tocantins nos anos 80, encontrou, na sua vivência com as comunidades de posseiros, a matéria-prima para sua reflexão, tema de sua tese de doutorado, em Münster, na Alemanha. O subtítulo do livro Leitura teológica dos conflitos agrários no Brasil, explica o conteúdo da obra que “suruiu da necessidade de defender teologicamente a prática de solidariedade com pobres da terra, tão combatida..., sobretudo nos difíceis anos 80.” A ação da CPT é destacada, pois “representa hoje um dos poucos espaços no âmbito da Igreja no Brasil, onde a teologia da libertação é vivida, ensinada e sempre de novo recriada”. O autor conclui que “os cristãos que lutam por terra e vida digna proclamam a soberania de Deus sobre a terra, contra a apropriação idolátrica do capital”. Uma leitura obrigatória para quem deseja fundamentar teologicamente seu compromisso de fé com os pobres do campo. Quem tiver interesse na obra entrar em contato através do email joana@cptnacional.org.br.



Pelas Veias da Esperança

Edimário Oliveira Machado nos presenteia com um belo livro “Pelas Veias da Esperança” em que registra “História e idéias de Osvaldo Alencar” advogado militante, “profeta da justiça e da cidadania”, na qualificação de Dom Pedro Casaldáliga. A biografia resgata sobretudo sua atuação como advogado que, por sua militância política em favor das classes populares, foi contratado pela CPT para atuar na defesa dos trabalhadores do campo. Osvaldo acreditava, como disse, que o “advogado das lutas populares, muito mais do que advogado, é um agente da transformação social”. O livro destaca ainda a atuação política de Osvaldo, candidato a diversos cargos, sempre com o objetivo de colocar as causas do povo no centro do cenário político. Um livro para manter viva a figura de um lutador do povo que se esmerou na defesa da justiça e do direito. Quem tiver interesse, entrar em contato com a editora Novo Século no editor@novoseculo.com.br.





CURTAS

- **Dados do governo para a agricultura:** No primeiro trimestre deste ano o Ministério da Agricultura divulgou um levantamento que mostra que o governo aumentou em 24,7% os subsídios para o agronegócio no ano de 2006 totalizando R\$ 4,53 bilhões. Já para os assentamentos da reforma agrária, o governo gastou R\$ 1,35 bilhão com crédito, assentamento e contribuição ao fundo garantia-safra no mesmo período.
- **Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo** completou dois anos no dia 17 de maio. O Pacto assegura que as empresas signatárias não comprarão produtos de fazendas onde for constatado o uso de trabalho escravo. Apesar disso, relatório da Anistia Internacional divulgado, no dia 23 de maio, destaca a lentidão na aprovação de leis contra esse tipo de exploração e, para ela, o problema está longe de ser erradicado.
- **Exportação de arroz ecológico:** Agricultores assentados dos municípios de Nova Santa Rita, Charqueadas, Viamão, Guaíba, Eldorado do Sul e Tapes, Rio Grande do Sul, promoveram a primeira exportação de arroz ecológico de um assentamento da Reforma Agrária. As seis unidades, em parceria com a empresa Fazenda e Casa Gaspar, de Santa Catarina, comercializaram 40 toneladas do produto que atenderão os mercados nacional, europeu e americano. O arroz leva o certificado do Instituto de Mercadologia Ecológica de São Paulo.
- **Lançada Frente Parlamentar da Terra:** No dia 10 de abril foi lançada em Brasília, na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar da Terra, composta por 175 deputados federais e 12 senadores. Dentre os projetos prioritários da Frente estão a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 438, ou PEC do Trabalho Escravo, que permite a expropriação de áreas onde for comprovada a existência de trabalho escravo e a atualização dos índices de produtividade, defasados já em 30 anos.

Relatório mostra recorde em acidentes com transgênicos

Greenpeace



O Greenpeace divulgou no primeiro trimestre do ano um relatório intitulado "Registros de Contaminação Transgênica" que mostra o ano de 2006 como o ano em que se teve o maior número de acidentes com transgênicos dos últimos dez anos. O documento foi entregue, em Brasília, aos 27 cientistas brasileiros integrantes da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). No relatório estão casos de contaminação, plantios ilegais e efeitos colaterais negativos causados pelos transgênicos em todo o mundo. De acordo com os dados foram relatados 142 casos de contaminação de diversas espécies no mundo na última década. Desses casos 35% se referem a variedades de milho transgênico. Somente em 2006, foram registrados 24 incidentes com transgênicos em todo o mundo. Os Estados Unidos continuam a ser o país com maior número de casos de contaminação. O texto mostra, ainda, uma preocupação com a contaminação de estoques de sementes de milho. Nesses dez anos foram encontradas sementes de milho contaminadas em 11 países, entre os quais o Brasil, além de Áustria, Chile, Croácia, França, Alemanha, Grécia, Itália, Nova Zelândia, Suíça e Estados Unidos.

Liberação de milho transgênico: Já no dia 16 de maio a CTNBio aprovou a liberação comercial do milho transgênico resistente ao herbicida produzido pela Bayer. É a primeira liberação de um produto geneticamente modificado desde que a Lei de Biossegurança entrou em vigor, em 2005. Além da empresa responsável pelo produto não garantir a coexistência do milho transgênico com diferentes formas de agricultura, esse tipo de cultura pode prejudicar a biodiversidade brasileira e a segurança alimentar.

Batismo de Sangue

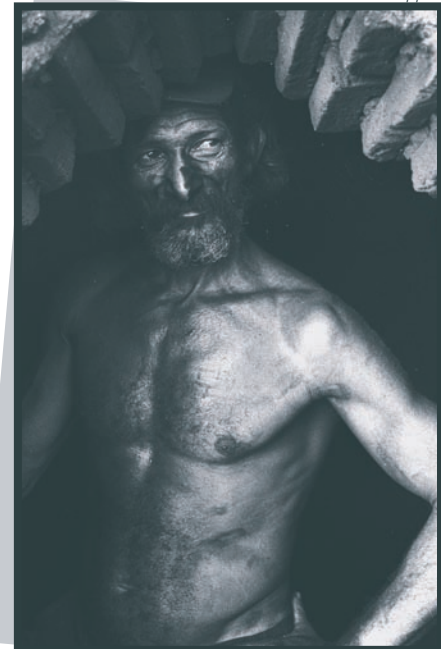
Material de divulgação Downtown Filmes

O filme Batismo de Sangue, baseado no livro homônimo escrito por Frei Betto, teve sua estréia nacional no dia 20 de abril. O filme mostra a participação de frades dominicanos na luta clandestina contra a ditadura militar no final dos anos 60. Em nome de ideais cristãos, eles apóiam a luta armada e acabam presos e torturados. Um deles, Frei Tito, é mandado para o exílio na França onde, atormentado pelas imagens de seus agressores e pelos horrores que passou nos porões da ditadura, comete suicídio. Frei Xavier Plassat, da CPT Araguaia/Tocantins, conviveu com o frei durante o exílio e acompanhou as constantes alucinações do religioso. A direção do filme é de Helvécio Ratton e a produção está em cartaz em quase todas as capitais do país. Essa obra de Frei Betto recebeu o prêmio Jabuti em 1985.



Criado pelo Senado grupo para combater o trabalho escravo

João Ripper



A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado criou, no dia 1º de março, a Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo que terá como principal missão acompanhar e acelerar a aprovação de projetos de lei que tramitam na Câmara ou no Senado relativos ao combate ao trabalho escravo. Um dos desafios da Subcomissão formada por sete senadores será aprovar a Proposta de Emenda Constitucional 438/01, ou "PEC do Trabalho Escravo", que prevê o confisco das terras onde esse tipo de exploração for encontrada. O presidente da Subcomissão, que tem duração prevista de um ano, é o senador José Nery (PSOL-PA). Caso seja necessário, a CDH pode prorrogar a existência da Subcomissão ou, até mesmo, assumir as tarefas que não tenham sido concluídas por ela.

Quilombolas no Espírito Santo reconquistam território

Cristiane Passos



Comunidade Quilombola Linharinho

No dia 15 de maio, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) publicou no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 78 que reconhece um território em Conceição da Barra (ES), invadido por fazendeiros, usineiros e, principalmente, pela Aracruz Celulose como sendo da Comunidade Quilombola Linharinho. A área possui 9.542,57 hectares onde 41 famílias de descendentes de escravos negros conseguiram resistir à sua ocupação. Vários quilombolas já receberam ameaças de morte durante os anos de luta e de tentativa de reconquista do território. Pesquisas científicas entregues ao Incra para análise confirmam que os quilombolas capixabas têm direito a um território com cerca de 50 mil hectares no Estado do Espírito Santo, ocupado por empresas e fazendeiros. Tais pesquisas apontam que os remanescentes de quilombos foram forçados a abandonar suas terras em Sapê do Norte, território formado por Conceição da Barra e São Mateus, na década de 70. Nessa região existiam centenas de comunidades, que foram reduzidas a 37. Ainda na década de 70, habitavam o norte do Estado pelo menos 12 mil famílias quilombolas que, atualmente, reduzidas a cerca de 1.200 famílias, resistem entre os eucaliptais, canaviais e pastos.

JULGAMENTO

Dorothy vive?

Sempre, Sempre, Sempre ...

ROSELENE DO SOCORRO DA SILVA

*Venham todos, cantemos um
canto que nasce da terra,
Canto novo de paz e esperança
em tempo de guerra.
Neste instante há inocentes
tombando nas mãos de tiranos.
Tomar terra, ter lucro, matando,
são esses seus planos.*

Nos dias 14 e 15 de maio foi julgado no Fórum Criminal de Belém, Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, um dos mandantes do assassinato que vitimou a missionária Dorothy Mae Stang, em 12 de fevereiro de 2005, em Anapu, Pará.

O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura foi quem prometeu dar 50 mil reais aos executores, Raifran e Clodoaldo, para que eles matassem Irmã Dorothy Stang. Após assassinarem a missionária, Raifran e Clodoaldo foram se refugiar na fazenda de Bida, onde ele ordenou aos seus empregados que dessem comida aos assassinos e os levassem para um lugar seguro



Airton dos Reis Pereira / CPT Marabá

Celebração em acampamento montado em frente ao Fórum de Belém

nos fundos da fazenda. Mandou, ainda, providenciar uma lona para que os foragidos se abrigassem da chuva.

Bida foi denunciado pelo Ministério Público Estadual, esteve foragido por 42 dias, foi preso e assim permaneceu aguardando o julgamento. O

Airton dos Reis Pereira / CPT Marabá

outro mandante é Regivaldo Pereira Galvão que aguarda o julgamento em liberdade, após ter sido beneficiado por um *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal, em junho do ano passado.

O julgamento de Vitalmiro foi aguardado com muita expectativa pelos movimentos sociais do campo, por ser este fazendeiro uma pessoa de grande poder aquisitivo e ser muito conhecido nas regiões do sul, sudeste e oeste do Pará.

Durante o julgamento, Vitalmiro alegou inocência e utilizou o depoimento dos três condenados, Raifran, Clodoaldo e Amair, para respaldar a tese de negativa da autoria, que foi apresentada pelos seus advogados. Entretanto, o Ministério Público, juntamente com a assistência de acusação, conseguiu convencer os jurados da culpabilidade do fazendeiro que foi condenado a 30 anos. A condenação do fazendeiro Bida é a pena mais alta que já foi dada a um mandante de assassinato de lideranças no Estado do Pará.

O resultado do julgamento foi recebido com muito canto, dança e pa-

lavras de ordem pelos trabalhadores rurais e lideranças dos movimentos sociais que estavam acampados em frente ao fórum de Belém, onde atentamente acompanhavam o julgamento.

O assassinato de irmã Dorothy ocorrido na manhã do dia 12 de fevereiro de 2005, no interior do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, a 50 quilômetros da cidade de Anapu, foi o resultado de uma ação criminosa, planejada por um grupo composto por fazendeiros, grileiros e madeireiros, que buscavam a todo custo se apossar de forma ilegal, das terras ocupadas pelos camponeses apoiados por Dorothy.

Para executar o crime, Raifran contou com a ajuda de Clodoaldo Batista, o Eduardo, ambos contratados pelo intermediário Amair Feijoli da Cunha, o Tato, e tendo como mandantes do crime, os fazendeiros: Vitalmiro Bastos de Moura, o “Bida” e Regivaldo Pereira Galvão, o “Tara-dão”. Irmã Dorothy Stang, 73 anos, colocou sua vida em favor da causa dos camponeses, lutou pela reforma agrária e pelos pobres da Amazônia. Viveu nas últimas décadas em Anapu, cidade localizada à margem da rodovia Transamazônica.

Dos cinco denunciados pelo Ministério Público Estadual por terem participado da morte da missionária, quatro foram julgados e condenados: Raifran das Neves e Clodoaldo Carlos Batista foram julgados em dezembro de 2005 e condenados respectivamente as penas de 27 e 17 anos de prisão; Amair Feijoli da Cunha, o Tato, foi julgado em maio de 2006 e condenado a 18 anos; e Vitalmiro Bastos de Moura, julgado e condenado a 30 anos. Falta ainda ser julgado o outro mandante e também fazendeiro, Regivaldo Pereira Galvão, para que mais esse crime não fique impune como tantos outros.

*Advogada da Comissão Pastoral da Terra e
assistente de acusação no Processo que apura
o homicídio da Irmã Dorothy Stang*



Cruzes foram colocadas no acampamento para lembrar os mártires da terra

EIXOS DE LUTA

Porque todo dia é Dia da Terra, da Água e do Índio

Para lembrar três datas comemorativas a três eixos pelos quais a CPT vem lutando desde sua criação, o Pastoral da Terra trouxe um pequeno relato de pessoas que lembram aqui um pouco da história e memória de nossa Terra, de nossa Água e de nossos Índios.

O Dia da Terra – 22 de abril

DOM TOMÁS BALDUINO¹

Pacha Mama, Mãe Terra, Terra sagrada, Terra natal, Terra de nossos pais, Terra da gente, fonte de vida, Terra linda, bendita Terra!

Terra sinal de contradição, lugar mais de morte do que de vida, objeto disputado em sangrentas guerras, assunto de iníqua e interminável legislação, de enganação e grilagem. Coisa feita pública e mais privada do que pública, terra cercada, privatizada, terra proibida, terra de opressão e escravidão, terra sem limite de tamanho, de produção do enriquecimento ilimitado, devastada, arrasada, desertificada, terra maldita! Lugar da caminhada da libertação. Terra a ser conquistada pelo povo reunido na fé e na esperança da vitória.

A grande revelação da nova Terra está na imagem do Paraíso. Por maiores que tenham sido os estragos provocados, esta revelação nos convoca para uma perspectiva positiva de restauração. A liturgia de Pentecostes invoca o



Sean Sprague - foto CPT Nordeste

mesmo Espírito que “pairava sobre as águas” na criação do mundo, no Dia da Terra, o primeiro dia. Ela suplica ao Espírito a renovação da face de toda a Terra. Isto tem o significado de que somos os colaboradores deste Espírito ao lutarmos pela Terra e pela Água de todos. Terra sadia, Água pura e gratuita. Mas colaboramos muito mais com Ele ao lutarmos pelas mudanças em vista de uma sociedade digna, justa, igualitária e fraterna. Uma Terra da fartura e da festa, construída também com nossas mãos e chamada a Cidade de Deus com o seu Povo.

1. Bispo emérito da cidade de Goiás e conselheiro permanente da CPT.

O Abril Indígena e a busca por políticas indigenistas – 19 de abril

PRISCILA CARVALHO²

No mês de abril, em que se comemora o Dia do Índio, a quatro anos monta-se um grande acampamento na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, chamado “Terra Livre” reunindo representantes de povos indígenas de todo o país. Treze entidades são responsáveis pela organização desse acampamento que é precedido por encontros e mobili-

Marcy Picanço - Arquivo Cimi



zações de preparação em cada região do Brasil.

Para defender a efetivação e manutenção dos seus direitos que as lideranças indígenas continuam viajando centenas de quilômetros para acampar na Esplanada. Das reuniões no Acampamento saíram propostas que subsidiaram a definição de prioridades de ação do movimento, entre elas a demarcação, proteção, gestão e sustentabilidade das terras. Propostas oportunas para um momento em que governo Federal instala a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) reivindicada pelo movimento há anos. O Acampamento lembrou, ainda, à população os 10 anos da morte de Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe – queimado vivo em Brasília em 1997 – e a violência que ainda mata indígenas no País. De acordo com dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), só em 2006, foram 41 assassinatos.

2. da Equipe de Comunicação do CIMI

Dia da Água e a Água de todo dia – 22 de março

ROBERTO MALVEZZI³

Dia 22 de março passou a ser o Dia Mundial da Água. Aqui pelo sertão, de 15 a 22, celebramos a Semana da Água, tempo propício para incrementar a reflexão sobre o assunto e intensificar a luta pela sua defesa. A cada momento que passa, a crise civilizatória se expressa com mais veemência na crise da água. Ela falta nos copos de 1,2 bilhões de pessoas no mundo, está cada vez mais poluída e, também, cada vez mais privatizada.

desperdício da água. Surge agora outra questão ainda mais grave. O aquecimento global tende a derreter as águas doces estocadas nos pólos e nos glaciais.

Esse fenômeno vai tornar ainda mais difícil o acesso à água em lugares como o semi-árido brasileiro. Entretanto, continuamos com nossa captação de água de chuva. Quase 200 mil famílias já se beneficiam de tecnologias simples que abastecem suas casas com água de chuva. Agora, as cisternas de 50 mil litros estão sendo construídas para cap-

João Zinclar



No Brasil, a transposição do rio São Francisco, uma vez efetuada, vai criar o primeiro mercado brasileiro de águas cativas. As lutas reativas são muitas em todo o mundo aonde vai sendo criado um escudo contra a privatização, mercantilização, poluição e

tar a água do chão e utilizá-la na produção de hortigranjeiros ou dessedentação dos animais. O mundo tem jeito, a água também, se houver juízo nas cabeças humanas.

3. Agente e membro da coordenação do projeto da CPT Impactos do Hidroagronegócio

TRANSPOSIÇÃO

Comunidades do Velho Chico dizem não à transposição

CRISTIANE PASSOS

Durante os cinco dias de atividades e motivados pelo lema “Não à Transposição, conviver com o semi-árido é a solução!”, os participantes do acampamento “Pela Vida do rio São Francisco e do Nordeste contra a transposição” puderam ter momentos de formação e discussão política, marchas de protesto, trocas de experiências e um olhar sobre a degradação do rio e a atual situação das comunidades que dele vivem através de uma exposição fotográfica de João Zinclar. O fotógrafo percorreu 2.800 quilômetros da Bacia, desde a nascente até a foz, e deu à exposição o título de “O Outro Lado do Rio”. Para levar suas reivindicações ao governo federal foram marcadas audiências com os poderes Legislativo e Judiciário. O Executivo praticamente não se abriu ao diálogo e não quis receber os manifestantes. As audiências realizadas foram no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério Público Federal, no Superior Tribunal Federal (STF), na Câmara dos Deputados e no Senado. No último dia do acampamento foi protocolada pelas suas lideranças uma ação pública no STF contra o projeto de transposição.

Os mais de 10 movimentos envolvidos na organização do acampamento e na Jornada de Lutas contra a Transposição reivindicam o arquivamento desse projeto, a implementação das obras da Articulação do Semi-Árido (ASA) e da Agência Nacional das Águas (ANA), a revitalização verdadeira do rio e a retomada do diálogo governo e sociedade. Em sua carta-manifesto, os acampados deixaram claro que “a imposição autoritária do projeto de transposição vai na contramão da história e não consegue esconder a submissão aos interesses poderosos de uma minoria de empresários e políticos... As verdadeiras causas dos dramas do semi-árido não estão na indis-

Entre os dias 12 e 16 de março, a Praça das Fontes, em Brasília, recebeu mais de 500 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, vindas de organizações, movimentos e comunidades da Bacia do rio São Francisco, com o intuito de barrar o projeto de transposição das águas do Velho Chico e pedir a revitalização do rio.



Maristela Vitória

Acampamento em Brasília contra a transposição das águas do São Francisco

ponibilidade de recursos hídricos, mas no processo histórico de ocupação do território, nos desníveis de educação e de renda, na inexistência de projetos de desenvolvimento de longo prazo e nos desequilíbrios regionais, manipulados para perpetuar a pobreza e a ‘indústria da seca’, manobrar a mão de obra barata dos sertanejos submetidos à migração forçada e evitável ... O problema hídrico no Nordeste não é de escassez, mas de gestão – dizem os estudiosos – O Nordeste não precisa de água, mas de justiça – dizemos nós

os militantes sociais. Conviver com o semi-árido é a solução – comprovam anos de experiência da sociedade civil organizada.”

Entendendo o projeto

Para entender melhor o clamor do povo ribeirinho, dos quilombolas, dos indígenas e dos pescadores que tem no rio o seu sustento, a sua cultura e a permanência de suas futuras gerações, é preciso entender essa tal transposição. O projeto de transposição do governo

federal está orçado em R\$ 6,6 bilhões, inclusos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), e pretende construir dois canais, norte e leste, para verter águas do São Francisco, das regiões de Petrolândia (PE) e Cabrobó (BA) em direção ao que está sendo chamado de Nordeste Setentrional, a fim de atender 12 milhões de pessoas que sofrem com a seca no semi-árido brasileiro. Entretanto, essas águas servirão em 70% para irrigação e atividades como a criação de camarão, 26% para uso industrial e apenas 4% para o povo que vive em zonas rurais e urbanas.

Por isso movimentos sociais e entidades de luta pela preservação e revitalização do rio, tais como a Articulação São Francisco Vivo, vêm, protestando e propõem para o governo um diálogo para que outras propostas mais eficazes sejam apresentadas como alternativa a esse projeto. Ao final do ano de 2006, a ANA lançou o Atlas do Nordeste, onde, através de um estudo dos municípios da região, propõe alternativas que irão garantir o abastecimento humano de todas as comunidades do semi-árido nordestino a um custo de quase metade do projeto de transposição.

Apesar disto, no último dia de funcionamento do Superior Tribunal Federal (STF) em 2006, o ministro Sepúlveda Pertence derrubou todas as liminares que impediam o início das obras da transposição. Em 21 de fevereiro desse ano, Dom Luiz Cappio, bispo de Barra (BA) protocolou no Palácio do Planalto, uma carta ao presidente Lula reivindicando a retomada do diálogo, dando início à Jornada de Lutas contra a Transposição e pela revitalização do rio. Vários atos foram realizados em várias regiões do país, tendo como ponto culminante o acampamento “Pela Vida do rio São Francisco e do Nordeste contra a Transposição”, em Brasília.

XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA CPT

CPT realiza Assembléia lembrando os povos e os mártires da floresta

"O meu povo viverá muitos anos como as árvores e se deliciará com o fruto do trabalho de suas mãos". Este versículo do profeta Isaías, (65,22) serviu de motivação para a XIX Assembléia da CPT que se realizou em Goiânia de 24 a 27 de abril.

ANTÔNIO CANUTO

A XIX Assembléia Geral da CPT teve início com os agentes e trabalhadores lembrando a luta e a vida de Chico Mendes e a caminhada dos povos da Floresta, que sofrem com o avanço dos projetos econômicos, que promovem o desmatamento, a grilagem e a violência. O encontro teve a assessoria do professor Plínio de Arruda Sampaio para a análise de conjuntura que centrou sua fala na posição que o Brasil ocupa no cenário mundial. Segundo ele, o Brasil tem 500 anos de periferia e vive numa posição subalterna de dependência e inferioridade. Ele se tornou colônia a partir da exportação do açúcar e isso tem reflexos culturais até hoje. A obsessão da elite brasileira é com a exportação. O País nunca elaborou um projeto de desenvolvimento a partir de seus interesses, a não ser num pequeno período de 1930 a 1980, quando aqui se estabeleceu um diversificado parque industrial e o Brasil chegou a ocupar a posição de oitava economia do mundo.

Durante muitos anos nenhum país teve uma taxa de crescimento tão alta quanto a do Brasil e os trabalhadores conseguiram algumas conquistas. Isso devido a vários fatores no contexto internacional: fim da II Guerra Mundial e fortalecimento de experiências socialistas em alguns países. Na década de 90, o Brasil adotou o neoliberalismo, com a abertura econômica para o capital internacional, sem restrições, e os trabalhadores brasileiros passaram, gradativamente, a perder seus direitos e, agora, esta situação se agrava mais. O momento atual é o de um novo colonialismo. Nossa indústria está sendo internacionalizada ou sucateada e a

prioridade está sendo dada à produção de minérios, de soja e agora de álcool, tudo visando a exportação. Na contramão deste tipo de desenvolvimento estão os movimentos. A solução não virá a curto prazo, destacou Plínio, é preciso fazer o enfrentamento desta situação e colocar resistência. Para isso, a sociedade organizada precisa investir na formação e se posicionar frente à elite brasileira e o sistema econômico.

Lei de Florestas Públicas

Com a assessoria do professor e pesquisador Niro Higuchi, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e do doutor em ciências da religião e agente da CPT Amapá, Sandro Gallazzi, a Assembléia estudou a Lei de Gestão de Florestas Públicas, nº 11.284/2006, que fundamentalmente se propõe a abrir concessões para a exploração das florestas públicas por um prazo máxi-

mo de 40 anos. (Ver artigo em seguida). Segundo o professor, a atividade madeireira acumula riqueza, mas não a distribui. Os países que optaram pelas concessões deixaram de ter madeira e hoje são importadores e se situam nos últimos degraus do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Bispo de Roraima é eleito vice-presidente da CPT

Os participantes da Assembléia elegeram Dom Roque Paloschi, bispo da diocese de Roraima, como seu novo vice-presidente em substituição ao falecido Dom José Mauro Pereira Bastos. Dom Roque nasceu



Novo vice-presidente da CPT, Dom Roque, durante a XIX Assembléia

Ações e prioridades da CPT

Os cerca de 80 participantes da XIX Assembléia Geral da Comissão Pastoral da Terra avaliaram, também, as ações desenvolvidas em todo o País. A partir disso puderam definir as prioridades para este ano que continuam a ser o trabalho de base, a construção do projeto camponês como eixo de luta, e os planos de formação.

A Pastoral assumiu, ainda, uma série de compromissos, entre os quais se destacam:

o enfrentamento ao modelo do agro-hidronegócio, que degrada o meio ambiente e expulsa e/ou super-explora os trabalhadores e trabalhadoras e os povos e comunidades tradicionais do campo; a denúncia e o combate ao modelo desenvolvimentista do governo Lula, especialmente a política ambiental e sua Lei de Concessão de Florestas Públicas, que privatiza o uso dos bens naturais; o desmascaramento do mito dos agrocombustíveis, denunciando os efeitos negativos que causam ao campo brasileiro; a reafirmação da necessidade e atualidade da reforma agrária, do combate ao trabalho escravo e do apoio à luta pelos territórios dos povos e comunidades tradicionais.

em 1950, no Rio Grande do Sul. Foi ordenado padre em 1986, em Bagé (RS). Além de exercer seu ministério em diversas paróquias no Rio Grande do Sul, de 1997 a 1999 atuou como missionário junto ao Projeto Igreja Solidária de Moçambique. Em 17 de julho de 2005, foi ordenado bispo. Em sua breve fala dom Roque disse: "Chego de mãos vazias, não trago nada, mas chego para caminhar ao lado de vocês, para abraçar as alegrias e as tristezas do povo pobre e massacrado deste País, para realizar um grande mutirão de solidariedade. Estou aqui para ser um com vocês".

Ao final da Assembléia foi aprovada carta dirigida a toda a sociedade. (Veja ao lado a íntegra da Carta Final).

CARTA DA XIX ASSEMBLÉIA DA CPT

“Sabemos que toda a criação geme e está com dores de parto até agora.” (Romanos 8, 22)

Estamos em meio a uma profunda crise civilizatória. O modelo civilizatório ocidental capitalista, aliado na exploração de seres humanos por outros seres humanos e na intensa exploração da natureza por uma restrita elite mundial que se sustenta e se reproduz em sistemáticas guerras de ocupação e intervenção, na idolatria do consumo, é o responsável pelo aquecimento global e pela miséria no mundo.

O Brasil, hoje como sempre, continua assumindo um papel periférico de colônia entregando suas riquezas e vidas aos interesses do capital. O governo de FHC privatizou as empresas estatais de serviços e infra-estrutura. O governo Lula – escondendo-se atrás de concessões e parcerias – está entregando a natureza e o território brasileiro.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem como objetivo principal potencializar a infra-estrutura a serviço do agro-hidro-negócio, do agrocombustível, da exportação das reservas minerais, florestais, hídricas e territoriais, sem levar em conta os protagonismos, as demandas e as lutas que nascem do campo e da cidade e que exigem a participação popular, a socialização do poder e a distribuição da riqueza.

A prova disso é que o governo considera como entraves os interesses e resistências de populações tradicionais e as ações dos movimentos sociais e do ministério público em defesa do ambiente e da vida. Do mesmo modo pouco faz para assegurar os direitos territoriais de quilombolas, indígenas e posseiros, não implementa e não amplia as metas de reforma agrária, não combate a grilagem, não atualiza os índices de produtividade da terra, não se esforça para que seja aprovada a emenda constitucional que permite o confisco das terras onde se dá trabalho escravo.

De modo especial, nesta XIX Assembleia, nos organizamos para o estudo detalhado da Lei de Concessão de Florestas Públicas, mais um instrumento que se integra ao PAC. Concluímos que esta Lei é inútil, cínica e iníqua. Inútil porque o Brasil já possui um conjunto de leis – que nunca foram levadas a sério – que combatem a grilagem e o desmatamento, regulamentam o manejo florestal e garantem os direitos territoriais das populações



Cristiane Passos

tradicionais. Cínica porque manipula os discursos e as práticas da defesa do meio-ambiente e dos interesses nacionais, enquanto se multiplicam as ameaças à legislação ambiental, e o governo não oferece condições ao Incra e ao Ibama e demais órgãos de fiscalização e loteia cargos públicos a ONGs interessadas na certificação florestal a serviço do mercado. Iníqua porque a única e verdadeira novidade desta lei, a concessão, é uma autêntica privatização do uso das florestas públicas atendendo interesses de grupos nacionais e internacionais motivados pelo lucro e pelo esgotamento da madeira em muitos países e nas propriedades particulares.

Iníqua, também, por desobrigar o mercado madeireiro a obedecer a legislação ambiental e fundiária existente no país, contradizendo o dispositivo constitucional que considera as florestas patrimônio público inalienável. Isto, que diz respeito à Amazônia, à Mata Atlântica, à Serra do Mar, à Zona Costeira e ao Pantanal, também, deve ser aplicado ao Cerrado, à Catinga e aos demais biomas.

Diz a Constituição no artigo 225:

“Todos têm direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo

e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

“Porque em esperança fomos salvos. Mas, se esperamos o que não vemos, com firmeza o esperamos.” (Romanos 8, 24 e 25)

Os movimentos sociais, mesmo num momento de conflito e de contradição, continuam mantendo sua esperança militante num projeto de Brasil que garanta a soberania e segurança territorial, ambiental, energética e alimentar de modo que o trabalho, a economia e as políticas públicas priorizem a vida do povo brasileiro, em especial dos mais pobres, de modo estrutural e não compensatório.

Esta esperança se concretiza neste tempo em inúmeras ações e articulações de mulheres camponesas, juventude rural, sem-terra, pequenos agricultores, atingidos por barragens, quilombolas e indígenas, extrativistas e ribeirinhos que não se entregam à lógica do agro-hidro mercado avançando com experiências e propostas de agroecologia, produção e consumo socializados e defesa da natureza e dos modos de vida camponês. Estas experiências e propostas não são expressões isoladas, mas se movimentam na direção de alianças com os movimentos sociais da cidade e das forças vivas da sociedade. Nesta esperança compartilhamos, aprendemos e fortalecemos as experiências latino-americanas de poder popular como expressão de um caminho cultivado por nossos povos em solidariedade.

“Porque estou certo de que, nem a morte, nem a vida, nada nos poderá separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor.” (Romanos 8, 38 e 39)

Fiel ao Deus dos pobres, aos pobres de Deus e à Terra de Deus para todos e todas, a CPT se afirma como espaço eclesial e se une, nas palavras de dom Pedro Casaldàliga, com brio e esperança à opção da Teologia da Libertação. Sabemos, pelo nosso povo, que a luta pela Terra e pela Água é um serviço urgente ao Reino de Deus e uma resposta agradecida e corajosa ao testemunho de homens e mulheres, mártires da Nossa América.

“O meu povo viverá muitos anos como as árvores e se deliciará com o fruto do trabalho de suas mãos.” (Isaías 65, 22)

Goiânia, 27 de abril de 2007

ARTIGO

Lei concederá florestas públicas para exploração

A Lei de Gestão Florestal nº 11.284 de 2 de março de 2006 introduz a concessão florestal como modalidade de gestão de florestas públicas, institui o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). O FNDF é uma boa idéia porque destinará recursos para pesquisa e desenvolvimento tecnológico em Manejo Florestal Sustentável (MFS), assistência técnica e extensão florestal, e recuperação de áreas degradadas. O SFB também seria uma boa iniciativa se não estivesse sob o mesmo Ministério que abriga o Ibama.

NIRO HIGUCHI

No geral, esta lei acrescenta pouco à política ambiental nacional, em especial, da Amazônia. Tínhamos os decretos 1.282 (de 1994) e 2.788 (de 1998), que regulamentaram o MFS contido no Art 15 do Código Florestal de 1965. Os seus princípios eram: conservação dos recursos naturais, conservação da estrutura da floresta e de suas funções, manutenção da diversidade biológica e desenvolvimento sócio-econômico da região. Há também a Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas de condutas e atividades lesivas ao ambiente. Recentemente, os decretos 1282 e 2788 foram substituídos pelo decreto nº 5975 de 30 de novembro de 2006, que suprimiu os princípios mencionados anteriormente.

Novidade mesmo é a introdução da concessão florestal em florestas públicas. Neste caso, há controvérsias. F.B. Silva, da Procuradoria Geral da República, ao analisar o Projeto de Lei (PL), cita o disposto no Art 1º do Código Florestal para afirmar que as florestas públicas são bens de interesse comum a todos os habitantes. Sendo bens de interesse comum, as florestas são plenamente afetadas ao interesse público e, por consequência, inalienáveis. A floresta não pode ser vista apenas como produtos e serviços ou como m³ de madeira, mas sim, como uma peça importante na conservação e funcionamento dos ecossistemas.

Este analista concluiu, assim, que “o PL, nas suas linhas atuais, visa maquiuar a incapacidade gerencial de se enfrentar com eficácia a devastação da floresta brasileira, notadamente da floresta amazônica”.

Tecnicamente falando, estes bens de interesse comum levaram, pelo menos, 1400 anos para se estabelecerem (Nature de 1998), sendo produto da interação entre solo, clima e outros seres vivos, que ainda não foi explicada pela ciência. De outro lado, a pesquisa sobre MFS mais antiga na Amazônia tem 29 anos; tempo insuficiente para prescrever medidas que garantam a sustentabilidade lato sensu do manejo florestal. Mesmo assim, a meta do Governo é colocar 13 milhões de hectares em 10 anos, sob concessão florestal, para o MFS. Os idealizadores da Lei, na exposição de motivos, minimizaram esta meta dizendo que representa apenas 3% da Amazônia e que serão retiradas apenas de 5 a 6 árvores por hectare (de 1200, sendo 200 adultas e 1000 jovens). São dois argumentos que não têm respaldo científico. Os 13 milhões de hectares representam 3% da Amazônia somente se incluir parte do 2º “andar” da região. Em uma exploração seletiva de 5 ou 6 árvores, mais 12 adultas e 90 jovens sucumbirão durante o processo, sem contar que nos primeiros 3 anos após a intervenção, a mortalidade aumenta significativamente.

O PL foi proposto para combater o desmatamento não autorizado, a grilagem e a madeira ilegal. São todos



João Ripper

crimes ambientais previstos em leis específicas. Destes três crimes, há estatísticas atualizadas apenas para o desmatamento. Por ironia, mesmo antes da Lei, o desmatamento na Amazônia já mostrava sinais de queda. Na safra 2005-2006, o desmatamento foi de 13 mil km². Portanto, como a Lei só foi aprovada em 2006, a meta seria diminuir, gradativamente (até zerar), a partir de 13 mil km². Sobre grilagem, sensatez significa retomar as ações iniciadas a partir da publicação do “Livro Branco da Grilagem”, em 1999. Sobre madeira ilegal, tudo que sabemos é que apenas 20% da madeira produzida na Amazônia vêm de planos MFS e desmatamento autorizados. Estes crimes são, enfim, o retrato da nossa fraca capacidade institucional na área de meio ambiente.

Na Amazônia, 25% das terras são privadas e 75% são públicas. O desmatamento já atingiu 13% da região, que, obviamente, ocorreu em terras privadas. Considerando as áreas sob planos de MFS, mais as reservas legais (50% até 1996 e 80% a partir desta) e as áreas de preservação permanente, muita terra pública já foi envolvida também. Resumindo, as terras privadas estão se acabando. Sem escrituras, não há plano de MFS porque a sua aprovação depende da apresentação

do Termo de Responsabilidade de Manutenção da Floresta, devidamente averbado à margem da matrícula do imóvel competente. Sem plano, não há certificação florestal. Sem certificação, vai faltar madeira tropical no mercado internacional.

No Brasil, tem lei que pega e tem aquela que não pega. A Lei de Gestão é o tipo de lei que não deveria pegar. O ideal é esquecer a Lei e fazer cumprir o Decreto que regulamenta o MFS na Amazônia. O Decreto pode não ser uma garantia total para a proteção da Amazônia, mas é um importante instrumento de medida para diminuir a velocidade de sua destruição. É importante não perder de vista que, tradicionalmente, a produção de madeira amazônica tem correlação positiva e significativa com o desmatamento e nenhuma com a renda per capita. Por último, o Art. 225 da Constituição estabelece: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

AGROCOMBUSTÍVEIS

As várias faces da produção de agrocombustíveis

João Ripper



CRISTIANE PASSOS

Os agrocombustíveis, apresentados como alternativa à crise energética mundial, são um novo desafio para a CPT e as organizações camponesas. Tidos como a “salvação” em um primeiro momento, a propaganda dos agrocombustíveis, ou “combustíveis verdes”, tem sido muito difundida no Brasil. Preocupada com o avanço de uma cultura que põe em risco a soberania alimentar nacional por priorizar o cultivo de fontes de energia em detrimento à produção de alimentos, a CPT aumentou o círculo de discussões sobre esse assunto e realizou entre os dias 13 e 14 de março um Encontro sobre Agrocombustíveis na cidade de Goiânia, Goiás, com a participação de 20 agentes de todas as regiões do país. Assessorado pelo frei Sérgio Gorgen, do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), e pelo engenheiro e professor de física Bautista Vidal, o grupo pôde conhecer mais um pouco algumas iniciativas de produção de combustíveis em pequenas propriedades e a realidade dos combustíveis alternativos frente ao modelo baseado no petróleo.

Talvez seja esse, a crise do petróleo, o elemento que mais deve ser traba-

lhado pelos movimentos sociais a fim de encontrar uma solução que, plenamente, se isente da necessidade desse hidrocarboneto e ofereça opções que se concretizem sem comprometer o modelo de produção camponês e a soberania alimentar. Sobre o fim da era do petróleo, Frei Sérgio colocou “Uma coisa é certa, os combustíveis com a base fóssil, principalmente o petróleo, estão com os dias contados e o processo de consumo das reservas está acontecendo de forma muito rápida. Eu tenho a compreensão que no futuro a busca da energia, de matéria prima para fertilizantes, para indústria de transformação e para a indústria farmacêutica virá para a natureza. E eu só vejo uma maneira de solucionar de forma adequada isso, é repovoar o campo, é produzir sistemas camponeses diversificados. Não vejo outra. Eu digo ainda que a humanidade vai ter que tomar decisões políticas que vão obrigá-la a se ajoelhar na frente dos camponeses e dos índios e pedir ‘como é que a gente faz para viver?’ Eu não vejo como a produção de monocultura de soja e cana dará conta do desafio de produzir energia e alimento e ao mesmo tempo preservação ambiental. Somente sistemas indígenas e camponeses serão capazes disso”.

A produção de energia aliada à produção de alimentos foi discutida durante todo o encontro como uma possibilidade a ser defendida e trabalhada pelos camponeses. “A correlação produção de alimentos e energia é crucial. Temos que defender a soberania e a autonomia alimentar. É princípio do qual não se pode abrir mão. Com a produção de combustível queremos dar força aos pequenos produtores para que aumentem sua renda. O pequeno produtor pode produzir alimentos para as pessoas e os animais, e combustível para suas máquinas e para vender”, explanou Bautista Vidal.

Frei Sérgio, da mesma forma, defende a produção de agrocombustíveis como uma boa opção para os camponeses, desde que seja feita em sistema de policultivo, aliando o plantio de oleaginosas diversificadas ao cultivo de alimentos. “Isso é uma disputa muito longa, fazer com que se possa produzir energia para auto-sustentação das comunidades camponesas de forma sinérgica, aliando energia, alimento e preservação ambiental. E que se tenha, ainda, um sistema de distribuição onde o camponês não seja um simples produtor de matéria-prima, mas que ele possa produzir o álcool e o óleo vegetal de forma descentralizada. As organizações camponesas pre-

cisam brigar para que o modelo dos camponeses seja implantado e o das transnacionais não”.

Indicativos e desafios para os camponeses

Ao final do Encontro, os agentes da CPT definiram como indicativos a constante denúncia do modelo dos agrocombustíveis, destacando a consequente perda do controle do território; o acompanhamento e a multiplicação de experiências concretas entre os camponeses; tornar acessível a contra-informação, indicando aos camponeses as armadilhas contidas em alguns sistemas de produção de combustíveis e denunciando o papel que o Brasil e a América Latina cumprem nesse novo contexto mundial em que é assegurada a expansão e a sobrevivência do capital. “Qual é o desafio dos camponeses? É debater agora, é não perder muito tempo com algumas questões que podem ser secundárias. Distinguir claramente que podem ter um sistema de produção de energia e alimento no modelo camponês. Isso é importante para eles compreenderem e não acharem que o agronegócio vai ter tudo”, completou Sérgio Gorgen.

ARTIGO

Discípulo fiel não faz mais que a obrigação

Considerações a respeito do aperreio a Jon Sobrino

ALBERTO MOREIRA

No último dia 15 de março foi publicada a Notificação da Congregação para a Doutrina da Fé referente aos livros “Jesucristo Liberador” e “La fe em Jesucristo” do teólogo espanhol Jon Sobrino, SJ, que há 50 anos vive e trabalha em El Salvador, pequeno país da América Central. Dava-se como certa alguma condenação de Jon Sobrino. O arcebispo de San Salvador havia declarado abertamente que medidas seriam tomadas e o próprio Jon Sobrino havia sido avisado disso pelo superior geral dos jesuítas. Na verdade os autores da Notificação, não foram tão longe, pois perceberam que a repercussão do caso traria um dano enorme à Igreja. Recuaram da condenação e limitaram-se a arrolar diversos “erros” e perigos de heresia em que Sobrino teria incorrido em seus livros sobre o Jesus Libertador. Apesar disto, a simples listagem dos supostos “erros” já provocou, pelo mundo todo, escândalo e indignação e, por outro lado, massiva solidariedade com Jon Sobrino.

Os mais antigos sabem bem que as intrigas e ameaças que levaram à quase-condenação de Jon Sobrino por parte do Vaticano, atingiram antes muitos outros teólogos da libertação, entre os quais Leonardo Boff. Há décadas um grupo de cardeais, aí incluído o cardeal Ratzinger, atual Papa, e que foi dirigente máximo da Congregação para a Doutrina da Fé, faz de tudo para desarticular e silenciar os teólogos e teólogas da libertação. No entanto, agora, a tentativa de silenciar Jon Sobrino tem um peso simbólico muito forte e muito negativo, por ser ele o único sobrevivente do massacre em que toda sua comunidade de jesuítas foi eliminada, em 1980.

Minha intenção, neste texto, é resumir as questões centrais e oferecer algumas considerações vindas desde uma perspectiva das Ciências da Religião.



João Zinclar

Primeiro, é importante lembrar que Jon Sobrino foi um dos principais assessores de D. Oscar Romero, o bispo-mártir assassinado pelos militares de El Salvador em 24 de março de 1980. A luta de Sobrino contra as injustiças sociais e seu engajamento pela causa dos pobres são transparentes e irrefutáveis. Sua cristologia é sobretudo um testemunho e um apelo para o seguimento e o discipulado de Jesus. É uma pessoa-símbolo da causa dos pobres. Como disse J. Konings, “miraram no último sobrevivente”. Ao acertá-lo, quer-se derrubar a teologia da libertação.

Em segundo lugar, como escreveu Jung Mo Sung, “o verdadeiro problema que a obra de Sobrino suscita não é o fato de ele não ter explicado com a devida ênfase a divindade de Cristo, mas ter assumido que o problema primeiro e primário do pobre é a fome, a morte antes do tempo.” Para R. Zwetsch, comentando Jung, “a cúpula da Igreja Católica não aceita este conceito de pobre, pois isto exigiria uma conversão, que ela, ao que parece, não está disposta a realizar”. A fome e a pobreza reais não podem se tornar o foco

da Igreja, pois para esses setores do Vaticano os verdadeiros pobres são os que não conhecem a Cristo. Isto muda totalmente o eixo e o encaminhamento a ser dado à questão dos pobres. As diversas correntes dentro da Teologia da Libertação têm como compreensão central que os pobres concretos, os injustiçados reais, são o sacramento de Cristo no mundo.

Em terceiro lugar devemos notar que o episódio em torno da cristologia de Jon Sobrino era um prenúncio do que iria ser discutido na Conferência dos Bispos em Aparecida, isto é, a compreensão do papel da Igreja Católica no mundo e a sua relação com o Reino de Deus. Busca-se desqualificar de antemão teólogas e teólogos ligados à teologia da libertação, para que sejam neutralizados e marginalizados na Conferência de Aparecida.

Afinal, o que explica esta perseguição?

De maneira esquemática, pode-se dizer que as religiões, principalmente no Ocidente, vivem hoje um terremoto sem precedentes. Não tanto pela destruição, mas pelo deslocamento. Estão sendo atropeladas. Novas instân-

cias sociais e culturais assumiram boa parte de suas funções. Vive-se, por isso mesmo, uma crise das instâncias intermediárias entre o divino e as pessoas, pois surgiu uma infinidade de novos mediadores. Como consequência, o indivíduo passa a organizar e a conduzir por si mesmo suas escolhas e sua vida religiosa.

Observa-se ainda, um pouco por todo lado, um questionamento radical do que se pode chamar de relato central do Cristianismo: justamente a história de Jesus. Filmes, mídia, artistas, cientistas, jornalistas externam dúvidas sobre como a história de Jesus, sua infância, as relações com mulheres, sua divindade, foi contada pelas

Igrejas.

A atitude do Vaticano a respeito de Sobrino e de outros teólogos críticos revela claramente a intenção de recuperar o poder simbólico a qualquer custo. É uma manobra desesperada para afirmar a própria importância e para manter-se no poder.

Mais do que desconcertante, a perseguição contra Sobrino e a teologia da libertação é triste e trágica. Primeiro porque os meios usados vão contra o ideal do amor cristão que supõe respeito, liberdade e co-responsabilidade. E, segundo, porque o que a Congregação para a Doutrina identifica como perigosos inimigos da fé (que realmente existem, mas estão alhures) são os discípulos verdadeiros e fiéis daquela experiência fundante da Igreja, a pessoa de Jesus.

**POR OUTRO LADO...
DISSE JESUS ALGUMA VEZ QUE
O CAMINHO SERIA FÁCIL?**

Teólogo e coordenador da pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Goiás (UCG)

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2006

Dados da CPT revelam que violência no campo se mantém

CRISTIANE PASSOS

A Comissão Pastoral da Terra divulgou no dia 16 de abril os dados dos conflitos e da violência no campo presentes na obra *Conflitos no Campo Brasil 2006*, em uma coletiva de imprensa realizada na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília. O setor de documentação da secretaria nacional da Pastoral, bem como o seu presidente, Dom Xavier Gilles, integrantes da coordenação nacional e o geógrafo e professor da Universidade Federal Fluminense, Carlos Walter Porto Gonçalves, apresentaram os números das diversas violências registradas pela CPT. A publicação *Conflitos no Campo Brasil* editada pela primeira vez em 1985, vem melhorando a sua qualidade de apuração e tem sido referência para entidades e movimentos do campo, o meio acadêmico, organismos internacionais, órgãos governamentais e a imprensa. Em 2002, a obra foi reconhecida como publicação científica pelo Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia (IBICT). Produto do trabalho das centenas de agentes ligados à CPT em todo o país, o registro dos dados tem o objetivo de apresentar a realidade no campo, sob a perspectiva dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O relatório denuncia 1.212 ocorrências de conflitos relacionados com a posse, uso, resistência e luta pela terra, que compreende os conflitos por terra, as ocupações e acampamentos. Ao todo estiveram envolvidas 140.650 famílias. O número representa uma diminuição percentual de 7,82% em relação a 2005, quando foram registrados 1.304 conflitos. As ocorrências de conflitos por terra apresentaram diminuição de apenas 2,06%. Já as ocupações e os acampamentos apresentaram uma diminuição percentual de 12,13% e 25,56%, respectivamente. É importante se destacar que quase 20% destas ocorrências envolveram comunidades e povos tradicionais, notadamente indígenas e quilombolas, além de outras comunidades.

De acordo com o professor Carlos Walter, a leitura destes números quando relacionados com a população rural de cada estado ou região dá uma outra visão. Onde há um maior número de ações de mobilização, como ocupações e acampamentos, ou seja, no Centro-Sul do País, o número de assentamen-



tos é menor. Por outro lado, os índices de violência sofrida pelos trabalhadores são bem maiores nas regiões onde a ação dos movimentos é menos intensa, como na Amazônia. Com isso, fica patente que a violência no campo não pode ser creditada ao aumento da pressão dos movimentos do campo, mas continua diretamente vinculada à truculência histórica do latifúndio, travestido hoje de agronegócio.

A realidade dos números

Os dados dos conflitos e violências de 2006 reafirmam que permanecem intocados os alicerces da concentração da propriedade, sua defesa como valor quase absoluto, a truculência dos que dela se apropriaram e, sobretudo,



a impunidade. Os trabalhadores e trabalhadoras rurais continuam sendo reprimidos e sofrendo violências. Em 2006 houve um aumento de 176,92% das tentativas de assassinato em relação a 2005. O número de prisões também sofreu um significativo aumento, de 261 trabalhadores presos em 2005 para 917 em 2006. Houve ainda um crescimento de 2,63% no número de assassinatos. Em 2006, 39 pessoas foram assassinadas. Em 2005 foram 38.

A violência que acompanha o trabalho escravo e outros conflitos trabalhistas foi significativa em 2006. Três trabalhadores na situação de escravidão foram assassinados, enquanto que em 2005 não se registrou nenhum caso. O número de trabalhadores libertados em 2006 foi menor que em 2005, 3.633 contra 4.585, enquanto que o número de denúncias de trabalho escravo foi de 5,07% menor. Também caiu o número de trabalhadores nestas denúncias: 6.930 em 2006, contra 7.707 em 2005. Aparecem com destaque situações de violência em outros conflitos trabalhistas. O número de trabalhadores superexplorados foi 96,12% maior, 7.078 pessoas em 2006 contra 3.609 no ano anterior. Nesses casos de superexploração registrou-se um assassinato. O de um menino de 11 anos, filho de um

vaqueiro que fora ameaçado pelo fazendeiro, ao tentar acertar as contas depois de mais de três anos de trabalho. Quanto ao desrespeito trabalhista, as ocorrências registradas foram 62,50% menores. Outro dado preocupante é o de mortos em acidentes de trabalho: 100% a mais. Em 2006 foram 14 e em 2005 sete. O número de feridos nestes acidentes foi de 22 em 2006 contra 27 em 2005.

Marco Antônio Mitidiero - Arquivo CPT Paraíba



Famílias sem-terra despejadas na Paraíba

Impunidade

A CPT, há muitos anos, vem repetindo que a violência no campo se mantém por causa da impunidade. De 1985 a 2006, registraram-se 1.104 ocorrências de conflitos com assassinato. Nestes conflitos morreram 1.464 trabalhadores. Destas ocorrências somente 85 foram levadas a julgamento. Foram condenados 71 executores e somente 19 mandantes. É preciso que a sociedade brasileira exija do poder Judiciário uma atuação mais rigorosa. Um exemplo de impunidade é o massacre de Eldorado dos Carajás, onde 16 sem-terra foram mortos, no dia 17 de abril de 1996. Mesmo condenados, o coronel Mário Colares Pantoja (228 anos de prisão) e o major José Maria Pereira (158 anos) conseguiram *habeas corpus* e hoje aguardam julgamento de recurso em liberdade. Para lembrar a ação dos trabalhadores, em 2002 foi aprovada a lei que instituiu o 17 de abril como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT. Para adquirir a obra entrar em contato com a Pastoral através do email comunicacao@cptnacional.org.br

HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

Celebrando a memória de Virgílio Sacramento

ELIAS DINIZ SACRAMENTO

Cinco de abril de 1987. Depois de ter participado de uma assembléia no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, Pará, o líder sindical Virgílio Serrão Sacramento retornava para sua casa, na comunidade São Pedro, há oito quilômetros da cidade. Ia na sua pequena moto, levando comida para alimentar a esposa e seus onze filhos; a menor, com quatro meses de idade. Quando estava a menos de um quilômetro de sua residência, um caminhão o atropelou, causando morte instantânea e espalhando pelo asfalto quente, das 16 horas, o peixe que trazia. Assim morria uma das lideranças mais expressivas do movimento sindical da década de 1980 no Estado do Pará. Sua vida foi muito curta, morreu aos 44 anos. Mas, para ele, se preservar a vida significasse ver as injustiças sem tomar partido, ela não teria valor. Uma frase dita para alguns amigos resumiu bem sua vontade de lutar: “É melhor morrer lutando, do que morrer de fome”.

Virgílio nasceu em Limoeiro do Ajurú, pequena cidade do estado do Pará. Migrou para tentar a vida em outras cidades. Foi para Almerim, Tomé-Açu, até chegar ao município mojuense em fins do ano de 1976. Nesta época já participava das Comunidades Eclesias de Base. Naquele momento se instalavam em Moju, criadores de gado, produtores de dendê, de coco e indústrias madeireiras. Eles começaram a desmatar e expulsar os camponeses em nome do “desenvolvimento”.

No início dos anos de 1980, Virgílio começou a organizar um grupo de oposição sindical, pois percebia que os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) mojuense nada faziam pelos lavradores. Mesmo correndo o risco de perderem suas terras para os donos dos projetos agroindustriais, latifundiários ou grileiros, esses dirigentes sindicais, conhecidos como pelegos, não demonstravam uma preocupação com os trabalhadores.



Virgílio, discursando em um encontro de lideranças sindicais

História de luta

Em março de 1983, o grupo de oposição sindical, liderado por Virgílio, após muitas dificuldades, conseguiu se eleger para a direção do STR de Moju. Durante os anos seguintes, muitos conflitos se deram no município. Alguns deles com embates muito fortes, como aconteceu no dia 7 de setembro de 1984, quando 44 lavradores das comunidades do Curupeté e Ipitinga, há 30 quilômetros da cidade, mataram o vereador Edmilson Soares, que tentava invadir as terras desses lavradores. Enquanto presidente do STR, Virgílio fez de tudo para que a situação pudesse ser resolvida pelas vias legais. Fez vários contatos com representantes do Estado, até com o governador e ministros. Mas eles foram omisso. Ainda em 1984, o sindicalista foi preso por defender um grupo de trabalhadores de uma comunidade. Na audiência com o promotor público, Virgílio argumentou que estava atuando em defesa dos trabalhadores. Mas o

promotor mandou prendê-lo por “desacato à autoridade”. Esta não foi a primeira prisão injusta que Virgílio sofria, no início dos anos 80, ele foi detido por defender a posse da terra de um vizinho que corria o risco de perdê-la para um grileiro.

Como tantas lideranças sindicais assassinadas no campo, principalmente no Pará, é difícil imaginar o que se passa na cabeça dessas pessoas que idealizam mudanças sociais em espírito de fraternidade a ponto de entregar a própria vida. Talvez seja realmente o verdadeiro ensinamento de Jesus Cristo, quando diz: “não existe prova maior de amor, do que doar a vida pelo irmão”. Suas famílias passam a um segundo plano, não que estas não tenham importância, mas defender o direito de pessoas que não têm mais a quem recorrer, se transforma em prioridade.

Memória

Neste ano em que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil discute o tema Amazônia na Campanha da Fraternidade, mostrando grande preocupação com esta região, vale

lembrar os muitos homens e mulheres que morreram lutando pela sobrevivência e o direito de ficar na terra. As ações implementadas pelos governos, principalmente pelos militares, desde 1964, vem afetando os povos desta região. Não se pode esquecer das dezenas de homens e mulheres que lutaram e ainda lutam em defesa da Amazônia, para que ela não seja destruída por uma minoria que só quer explorar e ter lucros. Neste contexto, Virgílio Sacramento é uma figura expressiva, pois sempre esteve preocupado com o bem comum. Um grande companheiro de Virgílio, o padre Sérgio Tonetto, que foi pároco de Moju na década de 80 e atual coordenador da CPT Guajarina, Pará, lembra-se: “Virgílio tinha uma mística imensa, eu me lembro quando cantávamos os cantos populares ligados aos lavradores, ele vibrava. (...) A vibração vem por que o sujeito tem dentro uma carga imensa de energia, independentemente se é perseguido, se é ameaçado”.

É preciso manter viva a memória destes homens e mulheres que morreram por causa da ganância do capitalismo, que se instalou numa terra que antes não tinha o significado da cobiça, apenas da partilha. Quando foi assassinado em abril de 1987, o sindicalista Virgílio atuava como delegado representante do STR de Moju. Também fazia parte da direção da Fetagri (PA); da CUT Guajarina; da Executiva Estadual do PT, além de continuar atuando na sua Comunidade Eclesial de Base. No dia da sua morte, uma faixa sustentava a frase: “VIRGILIO, Nossa organização é fruto do que plantaste, OBRIGADO”.

Elias Diniz Sacramento é o quinto filho de Virgílio. Mestrando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará, a sua dissertação discute a violência em Moju nos anos 1980 com o tema “As almas da terra: a violência no campo paraense”, será defendida em maio de 2007.

CAMPANHA

Mulheres camponesas defendem a produção de alimentos saudáveis

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) aproveitou as comemorações do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, para afirmar a data como um dia de luta, resistência e enfrentamento ao sistema capitalista que oprime e explora as mulheres e a classe trabalhadora, e para lançar sua “Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis”. Em entrevista ao Pastoral da Terra, Zenaide Collet, da direção estadual do MMC em Santa Catarina, falou sobre os objetivos da Campanha e sobre a criação do Movimento e as lutas defendidas pelas mulheres camponesas de todo o Brasil.

Arquivo MMC



Zenaide Collet, da direção estadual do MMC em Santa Catarina

Fale um pouco sobre a Campanha e sobre suas principais ações.

A Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é uma campanha permanente. Tem como lema “Produzir Alimentos Saudáveis, Cuidar da Vida e da Natureza” e foi lançada no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, em Brasília e nos Estados onde o Movimento está organizado. O público envolvido diretamente na Campanha são as mulheres camponesas organizadas no MMC, e movimentos e pastorais sociais do campo e da cidade que nos apóiam. Acreditamos que o tema do alimento saudável é uma luta que pode unificar e fortalecer a relação das organizações preocupadas com a soberania alimentar dos povos, entendendo que, para nós camponesas, soberania alimentar é o direito e o dever de produzir e de se alimentar. Hoje conseguimos ter um trabalho de organização do MMC em 19 Estados. Com a campanha esperamos ampliar a organização para 22 Estados.

Quais os motivos que levaram o MMC a escolher esse tema para a campanha?

Este tema é fruto de um debate que o MMC vem fazendo desde suas origens. O movimento nasceu contestando e denunciando o modelo capitalista e patriarcal de agricultura que empobrece o solo, envenena nossos alimentos e as águas, provoca êxodo rural, impõe sementes híbridas, transgênicas e, cada vez mais, torna as camponesas/camponeses dependentes e subordinados às indústrias transnacionais. O grande desafio para o MMC está na construção de um projeto popular de agricultura camponesa, que tenha como princípio a agroecologia, com novas relações entre as pessoas e destas com a natureza.

Qual é o papel da mulher na produção de alimentos e quem deve ser sensibilizado?

Em se tratando da produção de alimentos saudáveis diversificados para o auto-sustento e renda, historicamente as mulheres tiveram um papel relevante, embora o seu trabalho não seja reconhecido e valorizado. As mulheres praticam e detêm um conhecimento milenar que a elas pertence. Temos consciência de que a preservação da natureza, o cuidado com a vida é tarefa de todos. Isso exige mudanças de hábitos e concepções. Os seres humanos precisam tratar a biodiversidade com igualdade e superar a prática de exploração e domínio dos bens naturais, como: a terra, a água, o ar, a biodiversidade e outros. Entendemos que a Campanha é uma opção consciente das mulheres camponesas e é uma das



CPT Minas Gerais

contribuições para a luta popular pela soberania alimentar e pela transformação da sociedade.

Fale um pouco do MMC Brasil e de como ele está organizado.

O MMC surgiu da organização de base e de reivindicações concretas pelo reconhecimento profissional da trabalhadora rural, por direitos previdenciários para o campo, como aposentadoria e salário maternidade, e políticas públicas de documentação pessoal e profissional. Há mais de 20 anos foi se constituindo um trabalho que integra formação, organização de base e luta reivindicatória. No ano de 2004, no I Congresso Nacional, com 1.400 mulheres, consolidou-se o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, articulando e respeitando a pluralidade das mulheres, unificando em uma bandeira, a força e a diversidade das camponesas do Brasil. O MMC é a soma de muitas identidades (quilombolas, indígenas, ribeirinhas, quebradeiras de coco, agricultoras, pescadoras artesanais) que se unificam e se expressam na produção de alimentos saudáveis, nas relações de trabalho, na ação política e social, pela relação de respeito, apego e cuidado com a natureza e na luta pela libertação das mulheres e transformação da sociedade.

Conferência Nacional de Segurança Alimentar

A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que seria realizada entre 22 e 25 de maio, acontecerá de 3 a 6 de julho no Centro de Convenções de Fortaleza, Ceará. O evento reunirá 2 mil pessoas entre delegados, observadores e convidados com o objetivo de construir o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A III Conferência é a etapa final de um processo iniciado pelos municípios e estados com a realização de conferências locais. O encontro pretende propor diretrizes de soberania alimentar e nutricional como estratégia para um desenvolvimento sustentável; bases para a implementação do SISAN a fim de assegurar o direito humano à alimentação adequada; eixos e prioridades para a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e orientações para que o Estado brasileiro promova sua soberania alimentar e contribua para a realização do direito humano à alimentação adequada no plano internacional.

CULTURA

Fileiras

Há pés cansados,
mãos calejadas,
corações apaixonados e
cabeças erguidas.

Pés cansados de tanto andar
nas estradas e ruas
pelos campos e cidades
pisando espinhos de
caminhos incertos, mas que
agora marcham em fila
marcando o passo para a
liberdade

Mãos calejadas de cabo de
enxada
rotinas de fábricas e de casas
produzindo as riquezas,
vivendo da incerteza
E de mãos vazias agora
empunham uma bandeira e
um soco no ar expressa um desejo e uma realidade nova

Coração apaixonado pela terra,
pela vida e sobretudo por
Maria, João e os meninos
Peito ferido pela dor e pelo arame
agora cheio de sentimento de amor e rebeldia
luta contra todas as cercas

cabeças erguidas avistando o horizonte,
refletindo a realidade a partir da caminhada
aprender ensinando.
Agora é possível ver além da cerca, além do medo
além de si mesmo e do patrão
Pois estamos de cabeças erguidas caminhando.

(Poema de Samuel dos Reis, agente da CPT Araguaia/Tocantins)



Setor de comunicação da CPT

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
Endereço: _____
Exemplares: _____

Assinatura anual:

- ☐ Brasil R\$ 10,00
- ☐ Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1ºAndar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

CORREIOS
Impresso Especial

0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO VIA AÉREA